

Informativo de Jurisprudência Militar

Edição n. 1 – jan/2019

INDENIZAÇÃO POR LICENÇA ESPECIAL NÃO GOZADA

APELAÇÃO CÍVEL - ADMINISTRATIVO - AÇÃO DE COBRANÇA - POLICIAL MILITAR TRANSFERIDO PARA A RESERVA - LICENÇA ESPECIAL NÃO GOZADA OPORTUNAMENTE - INDENIZAÇÃO DEVIDA, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO PRÉVIO - VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO DO ESTADO - INAPLICABILIDADE DO ART. 190-A DA LC N. 381/2007 (NA REDAÇÃO DA LC N. 534/2011) - TESE FIRMADA EM IRDR (TEMA N. 3) - SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA - RECURSO DESPROVIDO. "O servidor público estadual tem direito à indenização por licenças-prêmios e especiais quando encerrado seu vínculo com a Administração, afastado o art. 190-A da Lei Complementar 381/2007 (na redação da Lei Complementar 534/2011) como possível impedimento, apurado o valor da reparação de acordo com a remuneração integral" (IRDR n. 0022064-08.2013.8.24.0033, de Itajaí, rel. Des. Hélio do Valle Pereira, j. 25.04.2018). (TJSC, Apelação Cível n. 0300106-06.2014.8.24.0081, de Xaxim, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 11-12-2018).

LEIA MAIS

POLICIAL MILITAR NÃO PODE ACUMULAR SEU CARGO COM O DE PROFESSOR

APELAÇÃO E REEXAME NECESSÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ACUMULAÇÃO DE CARGOS PÚBLICOS. POLICIAL MILITAR E PROFESSOR. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA DE CONCESSÃO DA ORDEM REFORMADA. RECURSO PROVIDO E REMESSA PREJUDICADA. "A acumulação de cargos de professor e integrantes da Polícia Militar dos Estados é inconstitucional, nos termos do art. 142, § 3º, II, em leitura conjunta com o art. 37, XVI, 'b', da Constituição Federal" (STJ - AgInt no RMS 55438/DF, rel. Min. Mauro Campbell Marques, j. 8.2.2018). (TJSC, Apelação / Remessa Necessária n. 0007155-70.2012.8.24.0008, de Blumenau, rel. Des. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 22-01-2019).

LEIA MAIS

REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE

APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. POLICIAL MILITAR. REVISÃO DE PENSÃO POR MORTE. PRETENDIDO RECEBIMENTO DE VALOR INTEGRAL DA REMUNERAÇÃO DEVIDA AO INSTITUIDOR DA PENSÃO, EM VIRTUDE DO ACORDO FORMALIZADO POR MEIO DA AÇÃO DE SEPARAÇÃO CONSENSUAL. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA HOMOLOGATÓRIA QUE NÃO MENCIONOU REFERIDA CLÁUSULA, ALÉM DO FATO DE SE TRATAR DE QUESTÃO AFETA AO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO, ENVOLVENDO TERCEIRO ESTRANHO À RELAÇÃO PROCESSUAL. PEDIDO, TAMBÉM, QUE CONTRARIA EXPRESSAMENTE O PRECEITO CONTIDO NO ART. 75 DA LEI COMPLEMENTAR N. 412/2008, VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO DO INSTITUIDOR. PENSÃO POR MORTE QUE DEVE OBSERVAR O PERCENTUAL DA VERBA ALIMENTAR. PRECEDENTES. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0301914-98.2015.8.24.0020, de Criciúma, rel. Des. Ricardo Roesler, Terceira Câmara de Direito Público, j. 04-12-2018).

LEIA MAIS

PEDIDO DE REVERSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAL MILITAR TRANSFERIDO PARA A RESERVA REMUNERADA EM RAZÃO DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. PEDIDO DE REVERSÃO, LASTREADO EM NOVO EXAME MÉDICO. NÃO ACOLHIMENTO. DECURSO DE TEMPO SUPERIOR A DOIS ANOS ENTRE A DATA DA APOSENTAÇÃO E DO PEDIDO ADMINISTRATIVO. EXEGESE DO ARTIGO 115, § 2º, DA LEI N. 6.218/1983. ILEGALIDADE, ERRO GRAVE OU OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NÃO CONFIGURADOS NA HIPÓTESE. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO DESPROVIDO. (TJSC, Apelação Cível n. 0313604-18.2015.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Ricardo Roesler, Terceira Câmara de Direito Público, j. 04-12-2018).

LEIA MAIS

IMPOSSIBILIDADE DE INCORPORAÇÃO DA IRESA NA RESERVA REMUNERADA

APELAÇÃO CÍVEL EM MANDADO DE SEGURANÇA - ADMINISTRATIVO - SERVIDOR PÚBLICO MILITAR INATIVO - INDENIZAÇÃO POR REGIME ESPECIAL DE SERVIÇO ATIVO (IRESA) - INCORPORAÇÃO AOS RENDIMENTOS DE APOSENTADORIA - IMPOSSIBILIDADE - EXPRESSA VEDAÇÃO LEGAL - ART. 6º, § 2º, DA LCE N. 614/2013 - VERBA PROPTER LABOREM - DIREITO LÍQUIDO E CERTO NÃO CONFIGURADO - SENTENÇA DENEGATÓRIA MANTIDA - RECLAMO DESPROVIDO. "O direito 'para ser amparável por mandado de segurança, há de vir expresso em norma legal e trazer em si todos os requisitos e condições de sua aplicação ao impetrante' (Hely Lopes Meirelles, Mandado de Segurança, ação Popular, ação civil pública, mandado de injunção e 'habeas data'. 15ª ed., São Paulo: Malheiros Editores, 1994, p. 11). "O art. 6º, § 2º, da LCE n. 614/13 definiu que a natureza da verba denominada 'IRESA' é indenizatória, como também expressamente determinou que 'não se incorpora ao subsídio, aos proventos nem à pensão por morte'. [...] (Apelação Cível n. 0314120-38.2015.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. 28.11.2017). (TJSC, Apelação Cível n. 0330059-58.2015.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Cid Goulart, Segunda Câmara de Direito Público, j. 11-12-2018).

LEIA MAIS

EXISTÊNCIA DE TC NÃO É SUFICIENTE PARA REPROVAÇÃO DE CANDIDATO NA ETAPA DE INVESTIGAÇÃO SOCIAL DE CONCURSO PARA SOLDADO PM

APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PARA INGRESSO NO CURSO DE FORMAÇÃO DE SOLDADOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO. ALEGADA INAPTIDÃO DO CANDIDATO NO ÂMBITO DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL, POR HAVER TERMO CIRCUNSTANCIADO A SEU DESFAVOR. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. PRECEDENTES. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA MANTIDA. RECURSO E REMESSA DESPROVIDOS. O só fato de existir termo circunstanciado não se presta, por violar o princípio constitucional da presunção de inocência, para alijar o candidato do certame. Considerando, ademais, que, no caso concreto, o fato gerador de sua inaptidão, por conta da investigação social, foi a existência de registro por "crime de dano", cuja punibilidade sobejou extinta, não há empecilho a que se o mantenha no concurso. (TJSC, Apelação Cível n. 0302220-84.2018.8.24.0045, da Capital, rel. Des. João Henrique Blasi, Segunda Câmara de Direito Público, j. 22-01-2019).

LEIA MAIS

CRIMES MILITARES DE DESRESPEITO A SUPERIOR E EMBRIAGUEZ EM SERVIÇO EXIGEM DOLO PARA CONDENAÇÃO DO AGENTE

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME MILITAR. DESRESPEITO A SUPERIOR, EMBRIAGUEZ EM SERVIÇO, DESACATO (COM, ART. 160, 202 E 298). SENTENÇA PARCIALMENTE CONDENATÓRIA. RECURSO DE AMBAS AS PARTES. APELO DA ACUSAÇÃO. DESACATO A SUPERIOR. NÃO COMPROVAÇÃO DO DOLO ESPECÍFICO DO RÉU. EXPRESSÃO GROSSEIRA QUE NO CONTEXTO FÁTICO NÃO MENOSPREZA A DIGNIDADE, DECORO E AUTORIDADE DO SUPERIOR HIERÁRQUICO. TESTEMUNHAS PRESENCIAIS QUE, DEVIDO ÀS CIRCUNSTÂNCIAS, NÃO IDENTIFICARAM CUNHO OFENSIVO NOS TERMOS PROFERIDOS PELO ACUSADO À VÍTIMA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO DE ORIGEM. APELO DA DEFESA. PLEITO ABSOLUTÓRIO EM RELAÇÃO AO CRIME DE DESRESPEITO A SUPERIOR. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE CONFIGURADOS. INTERRUPTÃO DURANTE A PRELEÇÃO POR QUATRO VEZES, SEM AUTORIZAÇÃO DO SUB TENENTE, NA PRESENÇA DE OUTROS MILITARES. CONDUTA DO RÉU RATIFICADA POR TESTIGOS. DESRESPEITO À DISCIPLINA E HIERARQUIA DA INSTITUIÇÃO EVIDENCIADA. DELITO DE EMBRIAGUEZ EM SERVIÇO. CONJUNTO PROBATÓRIO QUE COMPROVA A CONDIÇÃO EBRIOSA DO SOLDADO NO MOMENTO EM QUE SE APRESENTOU PARA O SERVIÇO. LAUDO DE CONTESTAÇÃO DE EMBRIAGUEZ EM CONSONÂNCIA COM OS DEPOIMENTOS DAS TESTEMUNHAS QUE CONFIRMAM QUE O ACUSADO ENCONTRAVA-SE COM ESTADO ANÍMICO ALTERADO. FICHA MÉDICA E LAUDO DE SANIDADE MENTAL QUE ATESTAM TRANSTORNOS COMPORTAMENTAIS DECORRENTES DO USO ABUSIVO DE ÁLCOOL NA ÉPOCA DOS FATOS. CONDUTA CARACTERIZADA. ABSOVIÇÃO INVIÁVEL. RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS. (TJSC, Apelação Criminal n. 0031619-16.2012.8.24.0023, da Capital, rel. Des. Ariovaldo Rogério Ribeiro da Silva, Primeira Câmara Criminal, j. 13-12-2018).

LEIA MAIS

COBRANÇA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE A IRESA

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL FAZENDÁRIO. AÇÃO DECLARATÓRIA. RETENÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA SOBRE INDENIZAÇÃO POR REGIME ESPECIAL DE SERVIÇO ATIVO - IRESA, PERCEBIDA POR POLICIAL MILITAR. PLEITO DE CESSÃO DA INCIDÊNCIA E RESTITUIÇÃO DOS VALORES DESCONTADOS. SENTENÇA DE IMPROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO AUTOR. SUSTENTADA A NATUREZA INDENIZATÓRIA DA VERBA, CONFORME ART. 6º, § 2º, DA LC ESTADUAL N. 614/2013, RAZÃO PELA QUAL NÃO HAVERIA DE TER INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA. EXAÇÃO QUE INDEPENDE DA DENOMINAÇÃO DO RENDIMENTO. IRESA QUE POSSUI NATUREZA REMUNERATÓRIA. CONSTITUIÇÃO DE ACRÉSCIMO PATRIMONIAL. ENTENDIMENTO EXPOSTO NO IRDR N. 1000576-74.2016.8.24.0000, DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SANTA CATARINA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA CONFIRMADA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS (ART. 46 DA LEI N. 9.099/95). [...] (TJSC, Recurso Inominado n. 0316732-03.2015.8.24.0005, de Balneário Camboriú, rel. Des. Sônia Maria Mazzetto Moroso Terres, Sétima Turma de Recursos - Itajaí, j. 17-12-2018).

LEIA MAIS

JUSTIÇA MILITAR É COMPETENTE PARA EFETUAR A ANÁLISE PRÉVIA DO COMETIMENTO DE CRIME APURADO PELA POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR

[...] POLICIAL MILITAR - RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - INTERPOSIÇÃO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA DECISÃO DO JUIZ DE DIREITO QUE INDEFERIU O PEDIDO PARA ENCAMINHAMENTO DO FEITO À VARA DO JÚRI - EXAME EFETUADO PELA JUSTIÇA MILITAR QUE RECONHECEU INEXISTIR CRIME MILITAR DOLOSO COMETIDO CONTRA A VIDA DE CIVIL RECURSO QUE NÃO COMPORTA PROVIMENTO - DECISÃO POR MAIORIA DE VOTOS. A Justiça Militar é competente para efetuar a análise prévia do cometimento de crime apurado pela polícia judiciária militar. Legislação que prevê o encaminhamento dos autos ao Tribunal do Júri apenas quando do reconhecimento da existência de crime militar doloso praticado contra a vida de civil. Exame efetuado pela Justiça Militar que verificou a existência de excludentes de ilicitude. Legítima defesa e estrito cumprimento do dever legal. [...] Verifico que o Tribunal a quo decidiu a um só tempo que: a) a Justiça Militar estadual é competente pra exercer um juízo prévio acerca da configuração ou não de crime doloso praticado por militar contra a vida de civil e, na hipótese de exercer juízo positivo (ou seja, entender que houve prática de crime doloso contra a vida de civil), encaminhar os autos ao Tribunal do Júri e b) o Juiz Militar, após concluir que não houve crime doloso, poderá determinar o arquivamento do inquérito policial militar, independente de haver requerimento do Ministério Público nesse sentido [...] (RE 1146235, Relator (a): Min. EDSON FACHIN, julgado em 17/12/2018, publicado em PROCESSO ELETRÔNICO DJe-272 DIVULG 18/12/2018 PUBLIC 19/12/2018)

LEIA MAIS


NULIDADE DE PROCESSO DE EXCLUSÃO DE POLICIAL MILITAR EM QUE NÃO HOUE INTIMAÇÃO DO ACUSADO E SEU DEFENSOR


RECURSO ORDINÁRIO. ADMINISTRATIVO. POLICIAL MILITAR. EXCLUSÃO DA CORPORACÃO. SESSÃO SECRETA DE JULGAMENTO DO CONSELHO DE DISCIPLINA. AUSÊNCIA DE INTIMAÇÃO DO ACUSADO E DE SEU DEFENSOR. VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. 1. "É ilegal a ausência de intimação do acusado e de seu defensor para acompanhamento da sessão secreta do Conselho de Disciplina que deliberou sobre a exclusão daquele dos quadros da Polícia Militar, em razão dos princípios do contraditório e da ampla defesa, assegurados pela Constituição Federal" (RMS 19.141/GO, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe 7.12.2009). No mesmo sentido: AgRg no RMS 25.414/PB, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe 6.9.2012. 2. Recurso Ordinário parcialmente provido, para reconhecer a nulidade do processo administrativo disciplinar. (RMS 59.025/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/12/2018, DJe 17/12/2018)


LEIA MAIS

Visite o nosso site e também nossas redes sociais:



 (48) 3223.5194

 contato@baratieriadvogados.com.br

 www.baratieriadvogados.com.br

